

# Sarney demitirá quem usar máquina na campanha

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto anunciou que presidente José Sarney vai demitir ministros e funcionários com cargos de confiança que usarem a máquina administrativa em favor de qualquer candidato a sua sucessão. Segundo um dos assessores do presidente, ele vai ficar atento à utilização da estrutura do governo porque quer ser magistrado nessa eleição, e vai exigir de todo o governo a mesma atitude. Sarney não pretende, no entanto, impedir manifestações pessoais, até mesmo de ministros, de preferência por este ou aquele candidato porque acha que, numa democracia, não se pode cercear a liberdade de escolha, afirmou o mesmo assessor.

Mas, de um gabinete do terceiro andar do Palácio do Planalto, a vigilância será exercida com vigor, informou o assessor. Ali já começaram a chegar os primeiros telefonemas e telegramas denunciando que funcionários do Ministério da Previdência Social, por exemplo, estão fazendo campanha para o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. A reação, por enquanto, é apenas uma advertência, mas o governo assegura que vai aplicar sanções e até demitir os mais renitentes, sem excluir ministros.

**Denúncias** — O controle do uso da máquina não é uma tarefa difícil, garantem auxiliares do presidente, que acreditam que as denúncias possibilitarão o controle do governo. O raciocínio dominante no gabinete do presidente Sarney é: a manifestação é livre, no limite do particular. Em casa ou na rua pode haver proselitismo, numa sala de aula, de uma escola federal, por exemplo, não se pode defender Lula, Covas, Brizola, Afif, Collor, Maluf ou qualquer outro, explicava ontem um graduado assessor. A mesma autoridade citou o caso do ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, que já anunciou sua preferência por Paulo Maluf, do PDS.

A condição de magistrado do presidente não impede que ele se manifeste em conversas particulares com amigos, assessores e políticos de sua confiança sobre a sucessão. Há uma semana, por exemplo, houve no Planalto uma reunião em que foi analisado o quadro sucessório. O presidente reconheceu que seu veto a artigos da lei eleitoral que restringiam o lançamento de novos candidatos não surtiu o efeito esperado. Mas não considerou definida a eleição, embora reconheça a sólida vantagem de Fernando Collor.

Nessas discussões, o candidato do PL, Afif Domingos, é visto como uma hipótese para contar com a preferência do Planalto. O crescimento de Paulo Maluf também não passou despercebido.

## Governo não cede e supera crise

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto considerou ontem encerrada a crise aberta pela tentativa de derrubada dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu. "O presidente não cede à pressão de ninguém", disse o secretário particular de José Sarney, Augusto Marzagão, ressaltando que isto não significa que qualquer ministro esteja livre de uma eventual demissão: "Qualquer cargo de confiança, inclusive o meu, é passível de demissão, mas isso apenas por decisão exclusiva do presidente", resumiu Marzagão.

Na assessoria do presidente, a avaliação era de que Sarney conseguiu contornar a crise com habilidade, pois se de um lado não interessava ao governo entrar em confronto direto com o proprietário da Rede Globo, Roberto Marinho — o pivô da crise, que queria a demissão dos dois ministros —, o preço de ceder ao empresário seria um ganho desgastado junto à opinião pública.

Existe a convicção de que quem saiu mal do episódio foi o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito. Por ingenuidade, teria se metido numa briga que já dura um ano —



□ O presidente José Sarney voltou ontem do almoço na Granja do Torto para o Palácio do Planalto de helicóptero, um Esquilo do Grupo de Transportes Especiais da Aeronáutica, com três lugares. Foi a prova definitiva de que havia se recuperado do mal estar de domingo à noite no aeroporto de La Paz, provocado pela altitude. Sarney passou mal quando se preparava para retornar a Brasília, após ter assistido à posse do presidente da Bolívia, Paz Zamora, e teve de tomar oxigênio. Ontem, Sarney chegou ao palácio às 14h30 para o expediente da tarde. Sorridente, saltou do helicóptero, saudou os jornalistas e foi para seu gabinete, onde conversou durante uma hora e meia com o novo ministro da Justiça, Saulo Ramos.

desde que o governo não permitiu a conversão da dívida externa em projetos de investimentos em exportação, que interessaria ao empresário. Foi aí que começaram as pressões para a troca da equipe econômica.

Ronan Tito entrou na história porque imaginou aproveitar a força de Roberto Marinho para fazer prevalecer sua tese da nomeação de um superministro para coordenar a aplicação das medidas econômicas propostas pelo Congresso. Ronan chegou a consultar políticos à esquerda e à direita a respeito do melhor nome para ocupar a função, acabando por fixar-se em Luis Roberto Ponte, o líder do governo na Câmara. Sem notar que em três meses o quadro econômico mudou, o senador manteve a sua estratégia original. Não percebeu nem mesmo que políticos como César Maia (PDT-RJ) já retiravam o apoio à tese do superministro, até porque Mailson e João Batista estavam controlando a situação. No final, Ronan Tito acabou se transformando no bode expiatório dos dois lados. Tanto o empresário Roberto Marinho como o governo atribuem a ele a paternidade da manobra.

## Presidente convoca políticos

BRASÍLIA — O presidente José Sarney fez ontem a revisão final do documento Transição Econômica para a Modernidade, de 50 páginas escritas de próprio punho, que a partir de hoje começa a discutir com o Congresso e vários setores do governo. Com este trabalho, o presidente pretende reduzir o tamanho do Estado, desburocratizá-lo, dar instrumentos mais ágeis à Justiça e facilitar o combate à corrupção, ao contrabando e às irregularidades do serviço público, propondo até o efetivo da Polícia Federal.

Sarney reúne-se hoje com os presidentes do Senado, Nelson Carneiro, e da Câmara, Paes de Andrade, e na sexta-feira realiza o primeiro encontro setorial com os ministros do Trabalho, Saúde, Educação e Previdência Social. A próxima reunião será com os ministros da área econômica e depois Sarney volta aos políticos. A todos, vai expor o documento sobre o qual vem trabalhando há três meses.

As medidas que coincidirem com aquelas propostas pelo Congresso, serão incorporadas ao documento do Pacto e poderão ser transformadas imediatamente em atos a serem votados pelo Congresso. Quanto às outras, vai amadurecer em discussões dentro do próprio Executivo, antes de submetê-las à análise dos políticos.

**Problemas** — O presidente está convencido de que, num ano eleitoral, terá problemas para tocar essas medidas no Congresso. Mas acha que a atuação dos líderes será fundamental para convencer deputados e senadores de que o país não pode continuar como está e as medidas são boas para todos os candidatos à Presidência da República.

Sarney quer aproveitar este momento em que o Congresso se abriu a uma colaboração com o Executivo para restabelecer o diálogo com o Parlamento e fazer dele o porta-voz. O secretário particular do presidente, Augusto Marzagão, está a par do conteúdo do chamado Documento da Modernidade, mas não se sente autorizado a divulgá-lo, porque é uma tarefa que Sarney pretende delegar aos seus líderes no Congresso. Pouco a pouco, os políticos vão anunciar as novas medidas. Começou anteontem, com o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, que divulgou três providências novas: o leilão das casas de ministros, a privatização de empresas e maior facilidade para as importações.

Depois de concluído o documento sobre a transição econômica, o presidente Sarney começa a elaborar o seu trabalho final no governo. Na véspera da posse do novo presidente da República, apresentará publicamente uma radiografia da situação em que recebeu o governo e as condições em que entrega a administração ao seu sucessor.

Sarney fará um relato das dificuldades. Mostrará que enfrentava problemas partidários e insistirá nas teses que desenvolveu ao longo do seu governo: os partidos, a Constituinte, as eleições municipais, estaduais e a Constituição complicaram sua vida. Ontem, o presidente já tinha um número preciso para avaliar seu raciocínio: em quatro anos e cinco meses de governo, enfrentou 9.108 greves. O presidente fará um balanço de suas realizações, e mostrará o que quis fazer e não conseguiu, entregando, nas mãos do sucessor, um elenco de sugestões.